



CLWP BRASIL II PARTICIPAÇÕES S.A.

Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

CNPJ N° 17.731.368/0001-22

NIRE N° 42 3 0004964 6

Endereço: Rua Paschoal Apóstolo Pítsica, 5064, Parte - Agronômica - Florianópolis - SC - CEP 88025-255



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

A Administração da CLWP Brasil II Participações S.A. ("CLWP Brasil II" ou "Companhia") tem a satisfação de submeter à sua apreciação o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023. As informações estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando especificado em contrário, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

1. Perfil Institucional

A Companhia é uma *holding* que detém o controle das Sociedades de Propósito Específico (SPE) que compõem o Conjunto Eólico Campo Largo II ("Conjunto"). A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) autorizou a exploração do Conjunto, o qual possui potência instalada de 361,2 MW e capacidade comercial de 192,5 MW médios e está localizado entre os municípios de Umburanas e Sento Sé, Estado da Bahia, sendo composto por 11 Centrais Eólicas (Centrais).

Central Eólica	Capacidade Instalada (MW)	Garantia Física (MWm)	Data de entrada em operação comercial
Campo Largo VIII	33,6	18,5	04.05.2021
Campo Largo IX	25,2	13,0	23.02.2021
Campo Largo X	33,6	18,5	05.03.2021
Campo Largo XI	16,8	8,7	02.09.2021
Campo Largo XII	54,6	27,6	02.09.2021
Campo Largo XIII	42	22,5	02.09.2021
Campo Largo XIV	21	12,0	31.03.2021
Campo Largo XVII	29,4	16,2	07.04.2021
Campo Largo XIX	33,6	17,9	21.05.2021
Campo Largo XX	37,8	20,6	25.06.2021
Campo Largo XXII	33,6	17,0	25.06.2021

A CLWP Brasil II não tem empregados e sua administração é realizada pela controladora indireta ENGIE Brasil Energia S.A. ("ENGIE Brasil Energia"), que cobra os seus honorários mediante contrato de prestação de serviços e reembolso das despesas com o pessoal diretamente alocado nas Centrais.

2. Controle Acionário

A totalidade do capital social da Companhia pertence à ENGIE Brasil Energias Complementares Participações Ltda., uma *holding* controlada pela ENGIE Brasil Energia. Sediada em Florianópolis, a ENGIE Brasil Energia é uma plataforma de investimento em infraestrutura em energia sediada em Florianópolis, atuante nas atividades de geração, comercialização, *trading* e transmissão de energia elétrica. Atua ainda no segmento de transporte de gás, por meio de participação na Transportadora Associada de Gás S.A. – TAG, em conjunto com outros sócios.

3. Ambiente Macroeconômico

A economia brasileira em 2023 apresentou desempenho levemente superior ao projetado pelos economistas e pelo mercado, com inflação mais controlada e corte nas taxas de juros. O Produto Interno Bruto (PIB) cresceu 2,9%, ajudado pelo bom desempenho do mercado de trabalho formal e do agronegócio. O país colheu uma safra e se beneficiou de preços ainda elevados das commodities no cenário internacional. Se em 2022, a maior parte da contribuição para o PIB veio da indústria e dos serviços, em 2023 o impulso veio do agronegócio e das atividades de extração. Os setores industrial e de serviços continuaram sendo afetados pelos juros em patamares ainda altos.

A inflação baixou gradualmente e encerrou o ano em 4,62%, portanto, dentro da meta estipulada pelas autoridades (de até 4,75%). A valorização do real e o choque de preços das commodities, que aumentaram cerca de 20% em 2022 e caíram em 2023, puxaram o índice de preços para baixo, assim como o aumento da oferta de alimentos. O dólar PTAX encerrou o ano em R\$ 4,84, 7,1% menor que a cotação ao final de 2022, que era R\$ 5,21.



O alívio inflacionário permitiu que o Banco Central iniciasse seu ciclo de queda da taxa Selic, com o primeiro corte anunciado em agosto. Ainda que continue alta, a taxa básica de juros da economia começou 2023 em 13,75% e terminou o ano em 11,75%, com mais sinalizações de cortes pela frente.

4. Desempenho Operacional

Em 2023, a geração total bruta do Conjunto Eólico Campo Largo II alcançou 1.648,8 GWh, 5,6% maior que a observada em 2022, de 1.561,9 GWh. O índice de disponibilidade, considerando-se todas as paradas programadas, atingido em 2023 foi de 95,8%, 3,3 p.p. superior ao verificado em 2022, que foi de 92,5%.

5. Desempenho Econômico-Financeiro

Indicadores de resultado	Consolidado			
	2023	2022	Varição	Varição %
Receita operacional líquida	339.585	358.732	(19.147)	(5,3)
Lucro bruto	213.455	243.030	(29.575)	(12,2)
Margem bruta	62,9%	67,7%		(4,8 p.p.)
Resultado do serviço (Ebit)	211.538	240.919	(29.381)	(12,2)
Ebitda (Lajida) ¹	275.608	304.902	(29.294)	(9,6)
Margem Ebitda (Lajida)	81,2%	85,0%		(3,8 p.p.)
Resultado financeiro	(88.615)	(111.013)	22.398	(20,2)
Lucro líquido do exercício	99.356	120.111	(20.755)	(17,3)

(1) Ebitda (Lajida): lucro líquido + resultado financeiro + tributos sobre o lucro + depreciação e amortização

Comentário sobre as principais variações

Receita operacional líquida: a redução decorreu, substancialmente, pelo decréscimo do faturamento de energia com a ECV.

EBITDA: a redução é motivada, principalmente, pela redução da receita operacional líquida e pelo aumento do custo da energia vendida.

Resultado financeiro: a redução da despesa financeira é proveniente, substancialmente, da redução de juros e variação monetária sobre financiamento, em decorrência da redução dos índices inflacionários.

Lucro líquido do exercício: redução motivada pelos efeitos anteriormente citados e pelo aumento de imposto de renda e contribuição social.

6. Direitos dos Acionistas

O detentor de cada ação ordinária tem direito de voto em assembleia geral ordinária ou extraordinária; de receber dividendos mínimos obrigatórios equivalentes a 25% do lucro líquido ajustado, nos termos da Lei das Sociedades Anônimas; de fiscalizar a administração da Companhia, nos termos do Estatuto Social; e de retirar-se da Companhia nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações.

7. Serviços de Auditoria

A Companhia informa que os auditores independentes da Companhia, Ernest & Young Auditores Independentes S.S. Ltda., não prestaram serviços não relacionados à auditoria independente em 2023.

8. Agradecimentos

A Administração da CLWP Brasil Participações II S.A. agradece a contribuição de seus fornecedores, clientes, parceiros, acionistas, instituições financeiras, entidades governamentais, órgãos reguladores e todos aqueles que contribuíram para o desempenho no ano de 2023.

A Administração



CLWP BRASIL II PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ Nº 17.731.368/0001-22 | NIRE Nº 42 3 0004964 6
BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de reais)

ATIVO					
		Controladora		Consolidado	
	Nota	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
ATIVO CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	4	13	11	187.373	282.530
Contas a receber de clientes	5	-	-	45.957	47.637
Dividendos a receber	7	23.617	35.752	-	-
Outros ativos circulantes		-	-	6.456	14.327
		23.630	35.763	239.786	344.494
ATIVO NÃO CIRCULANTE					
Realizável a Longo Prazo					
Depósitos vinculados	6	-	-	41.030	39.461
Outros ativos não circulantes		-	-	5.129	-
		-	-	46.159	39.461
Investimento	7	361.318	493.132	-	-
Imobilizado	8	-	-	1.544.538	1.615.256
Intangível		4.377	4.377	4.377	4.377
		365.695	497.509	1.595.074	1.659.094
TOTAL		389.325	533.272	1.834.860	2.003.588

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



CLWP BRASIL II PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ Nº 17.731.368/0001-22 | NIRE Nº 42 3 0004964 6
BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
	Nota	Controladora		Consolidado	
		31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
PASSIVO CIRCULANTE					
Fornecedores	9	16	12	17.811	17.988
Dividendos	12	23.597	35.746	23.597	35.746
Financiamentos	11	-	-	87.495	84.108
Outros passivos circulantes		-	-	3.976	3.147
		23.613	35.758	132.879	140.989
PASSIVO NÃO CIRCULANTE					
Fornecedores	9	-	-	26.000	25.697
Financiamentos	11	-	-	1.278.616	1.301.838
Provisão para desmobilização	8	-	-	31.653	37.550
		-	-	1.336.269	1.365.085
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
	12				
Capital social		282.430	382.757	282.430	382.757
Reservas de lucros		83.282	114.757	83.282	114.757
		365.712	497.514	365.712	497.514
TOTAL		389.325	533.272	1.834.860	2.003.588

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



CLWP BRASIL II PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ Nº 17.731.368/0001-22 | NIRE Nº 42 3 0004964 6
**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE
DEZEMBRO DE 2023 E 2022**
(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	13	-	-	339.585	358.732
Custos da energia vendida					
Depreciação e amortização	8	-	-	(64.070)	(63.983)
Encargos de uso da rede elétrica e de conexão		-	-	(24.024)	(20.376)
Serviços de terceiros		-	-	(22.651)	(17.840)
Transações no mercado de energia de curto prazo		-	-	(1.233)	(1.173)
Energia elétrica comprada	17	-	-	(763)	(188)
Outros		-	-	(13.389)	(12.142)
		-	-	(126.130)	(115.702)
LUCRO BRUTO		-	-	213.455	243.030
Despesas operacionais					
Despesas gerais e administrativas		(86)	(86)	(1.917)	(2.111)
Resultado de participações societárias					
Equivalência patrimonial	7	99.442	120.198	-	-
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS		99.356	120.112	211.538	240.919
Resultado financeiro					
Renda de aplicações financeiras		-	-	32.919	32.591
Renda de depósitos vinculados		-	-	4.791	4.231
Juros e variação monetária sobre financiamentos	11	-	-	(121.860)	(142.807)
Juros e variação monetária sobre provisões para desmobilização	8	-	-	(1.440)	(2.117)
Juros sobre fornecedores, líquido de PIS e Cofins		-	-	(2.863)	(2.868)
Outras despesas financeiras, líquidas		-	(1)	(162)	(43)
		-	(1)	(88.615)	(111.013)
LUCRO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		99.356	120.111	122.923	129.906
Imposto de renda e contribuição social	14				
Imposto de renda		-	-	(16.326)	(7.132)
Contribuição social		-	-	(7.241)	(2.663)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		99.356	120.111	99.356	120.111

**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022**
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	99.356	120.111	99.356	120.111
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	99.356	120.111	99.356	120.111

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



CLWP BRASIL II PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ Nº 17.731.368/0001-22 | NIRE Nº 42 3 0004964 6
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de reais)

	Nota	Reservas de lucros			Lucros acumulados	Total
		Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros		
Saldos em 31.12.2021		657.326	1.519	21.655	-	680.500
Aumento de capital		65	-	-	-	65
Redução de capital		(274.634)	-	-	-	(274.634)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	120.111	120.111
Destinações propostas à AGO:						-
- Reserva legal		-	6.004	-	(6.004)	-
- Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	(28.528)	(28.528)
- Reserva de retenção de lucros		-	-	85.579	(85.579)	-
Saldos em 31.12.2022	12	382.757	7.523	107.234	-	497.514
Aumento de capital		55	-	-	-	55
Redução de capital		(100.382)	-	-	-	(100.382)
Dividendos intermediários		-	-	(107.234)	-	(107.234)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	99.356	99.356
Destinações propostas à AGO:						-
- Reserva legal		-	4.968	-	(4.968)	-
- Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	(23.597)	(23.597)
- Reserva de retenção de lucros		-	-	70.791	(70.791)	-
Saldos em 31.12.2023	12	282.430	12.491	70.791	-	365.712

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



CLWP BRASIL II PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ Nº 17.731.368/0001-22 | NIRE Nº 42 3 0004964 6
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO)
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	99.356	120.111	122.923	129.906
Conciliação do lucro com o caixa das operações:				
Resultado de participação societária	(99.442)	(120.198)	-	-
Depreciação e amortização	-	-	64.070	63.983
Juros e variação monetária sobre financiamentos	-	-	121.860	142.807
Juros e variação monetária sobre provisões para desmobilização	-	-	1.440	2.117
Juros sobre fornecedores, líquido de PIS e Cofins	-	-	2.863	2.868
Renda de depósitos vinculados	-	-	(4.791)	(4.231)
Outros	-	2	(420)	(298)
Resultado ajustado	(86)	(85)	307.945	337.152
(Aumento) redução nos ativos				
Contas a receber de clientes	-	-	1.680	(16.431)
Outros ativos	-	-	(5.458)	4.891
(Redução) aumento nos passivos				
Fornecedores	4	10	(2.588)	3.476
Outros	-	-	(1.217)	335
Caixa líquido das operações	(82)	(75)	300.362	329.423
Pagamentos de juros sobre financiamentos	-	-	(57.564)	(58.495)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	-	-	(12.821)	(8.012)
Caixa líquido das atividades operacionais	(82)	(75)	229.977	262.916
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Dividendos recebidos de controladas	143.008	-	-	-
Redução de capital em controladas	100.383	274.634	-	-
Aplicação no imobilizado e intangível	-	-	(917)	(12.193)
Caixa líquido das atividades de investimento	243.391	274.634	(917)	(12.193)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Aumento de capital	55	65	55	65
Redução de capital	(100.382)	(274.634)	(100.382)	(274.634)
Pagamento de financiamentos	-	-	(84.132)	(80.290)
Depósitos vinculados ao serviço da dívida	-	-	3.222	2.314
Dividendos pagos	(142.980)	-	(142.980)	-
Caixa líquido das atividades de financiamento	(243.307)	(274.569)	(324.217)	(352.545)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	2	(10)	(95.157)	(101.822)
Conciliação do caixa e equivalentes de caixa				
Saldo inicial	11	21	282.530	384.352
Saldo final	13	11	187.373	282.530
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	2	(10)	(95.157)	(101.822)

As informações adicionais sobre as transações que não afetam o caixa e equivalentes de caixa estão apresentadas na Nota 18 - Informações complementares ao fluxo de caixa.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



CLWP BRASIL PARTICIPAÇÕES.A.
CNPJ Nº 15.512.172/0001-11 | NIRE Nº 42 3 0004543-8
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de maneira diferente)

NOTA 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A CLWP Brasil II Participações S.A. (“Companhia” ou “CLWP Brasil II”), com sede no município de Florianópolis, estado de Santa Catarina (SC), foi constituída em 11.03.2013, com prazo de duração indeterminado. A Companhia tem como objeto social participar como *holding* no capital de outras Companhias, quer como acionista ou sócia, bem como em consórcios.

Atualmente, a CLWP Brasil II é controladora das seguintes empresas, as quais compõem o Conjunto Eólico Campo Largo II:

Empresa	Projeto Eólico	Capacidade Instalada (MW) ¹	Garantia física (MW médios)	Participação no capital integralizado e votante (%)	
				31.12.2023	31.12.2022
CLWP Eólica Parque VIII S.A.	CLWP VIII	33,6	18,5	99,99	99,99
CLWP Eólica Parque IX S.A.	CLWP IX	25,2	13,0	99,99	99,99
CLWP Eólica Parque X S.A.	CLWP X	33,6	18,5	99,99	99,99
CLWP Eólica Parque XI S.A.	CLWP XI	16,8	8,7	99,99	99,99
CLWP Eólica Parque XII S.A.	CLWP XII	54,6	27,6	99,99	99,99
CLWP Eólica Parque XIII S.A.	CLWP XIII	42,0	22,5	99,99	99,99
CLWP Eólica Parque XIV S.A.	CLWP XIV	21,0	12,0	99,99	99,99
CLWP Eólica Parque XVII S.A.	CLWP XVII	29,4	16,2	99,99	99,99
CLWP Eólica Parque XIX S.A.	CLWP XIX	33,6	17,9	99,99	99,99
CLWP Eólica Parque XX S.A.	CLWP XX	37,8	20,6	99,99	99,99
CLWP Eólica Parque XXII S.A.	CLWP XXII	33,6	17,0	99,99	99,99

(1) As informações não financeiras contidas nessas demonstrações financeiras como MW, MW médio, potência instalada, entre outros, não são auditadas pelos auditores independentes.

As controladas da Companhia compõem o Consórcio Campo Largo II, o qual é responsável pela operação, manutenção e exploração da subestação e parte da linha de transmissão utilizada em suas operações. Os ativos, os passivos, as receitas e as despesas desses consórcios são reconhecidos diretamente nas demonstrações financeiras da consorciada, com base nas respectivas participações nos consórcios.

A Companhia não possui colaboradores e os seus administradores renunciaram ao direito de receber qualquer remuneração. A administração da Companhia é conduzida pela controladora indireta, ENGIE Brasil Energia S.A. (“ENGIE Brasil Energia” ou “ENGIE”), que cobra pela prestação de serviços e solicita reembolso das despesas incorridas com pessoal diretamente dedicado às atividades das usinas.

NOTA 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas com base na continuidade operacional e em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), sendo utilizado o custo histórico como base de valor, exceto quando indicado de outra forma, e o real como moeda funcional.

Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras ora apresentadas foram aprovadas pela Diretoria Executiva em 25.04.2024.

a) Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas contemplam informações da controladora, CLWP Brasil II, e de suas controladas, cujas práticas contábeis estão consistentes com as adotadas pela Companhia.



A consolidação das contas patrimoniais e de resultado ocorre pela soma dos saldos dos ativos, dos passivos, das receitas e das despesas, de acordo com as suas naturezas, ajustados pelas eliminações das transações realizadas entre as empresas consolidadas.

b) Continuidade operacional

A Administração concluiu não haver incertezas materiais que coloquem em dúvida a continuidade da Companhia. Não foram identificados eventos ou condições que, individual ou coletivamente, possam levantar dúvidas significativas quanto à capacidade de manter sua continuidade operacional.

As principais bases de julgamento utilizadas para tal conclusão são: (i) principais atividades decorrentes de autorização de longo prazo; (ii) patrimônio líquido expressivo; e (iii) forte geração de caixa operacional, inclusive com capacidade financeira para quitação de compromissos assumidos junto a instituições financeiras. Assim, conforme o Pronunciamento Técnico CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

NOTA 3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Instrumentos financeiros

a.1) Caixa e equivalentes de caixa

São compostos pelos numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata e sem risco significativo de mudança de valor. Tais aplicações financeiras são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo, sendo mensuradas ao valor justo na data das demonstrações financeiras. As variações dos valores justos são registradas no resultado quando auferidas.

a.2) Contas a receber de clientes

São reconhecidas quando o recebimento do valor da contraprestação seja incondicional, ou seja, se fizer necessário apenas o transcorrer do tempo para sua ocorrência. São registradas inicialmente pelo valor justo da contraprestação a ser recebida e, posteriormente, mensuradas pelo custo amortizado.

a.3) Depósitos vinculados

São mantidos para atendimento às exigências legais e contratuais. São contabilizados inicialmente pelo valor depositado e, posteriormente, pelo custo amortizado.

a.4) Financiamentos

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos incorridos nas captações e, posteriormente, são mensurados pelo custo amortizado utilizando-se o método de taxa de juros efetiva.

b) Investimentos

Os investimentos em controladas são aqueles em que a Companhia está exposta ou tem direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade, e tem a capacidade de interferir nesses retornos por meio do poder que exerce sobre ela.

Esses investimentos são avaliados pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras da controladora e consolidados integralmente para fins de apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.

c) Imobilizado

É registrado ao custo de aquisição ou construção. Os juros e os demais encargos financeiros dos financiamentos, durante o período de construção, foram computados como custo do respectivo imobilizado. O valor presente do custo esperado para desmobilização de um ativo após seu uso, quando aplicável, é incluído no custo do respectivo ativo. Os custos dos ativos imobilizados são deduzidos da depreciação acumulada, a qual é calculada pelo método linear com base nas vidas úteis estimadas dos bens.

c.1) Avaliação do valor de recuperação do imobilizado – Impairment

A Companhia avalia, no mínimo anualmente, os bens do ativo imobilizado com a finalidade de identificar evidências que possam levar a perdas de valores não recuperáveis das respectivas unidades geradoras de caixa, ou ainda, quando eventos ou alterações significativas indicarem que os seus valores contábeis possam não ser recuperáveis. Se identificado que o valor contábil do ativo excede o seu valor recuperável, essa provisão para perda (*impairment*) é reconhecida no resultado do exercício.



c.2) Direito de uso de arrendamentos

Os direitos de uso de arrendamentos, inicialmente, compreendem o passivo de arrendamento acrescido dos pagamentos antecipados. Esses ativos são depreciados com base na vigência dos contratos de arrendamento e avaliados no que se refere a perda por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável. Adicionalmente, são ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento.

c.3) Provisão para desmobilização

Os custos de desmobilização das usinas pertencentes às controladas da Companhia são provisionados com base no valor presente dos custos esperados para cumprir a obrigação, utilizando fluxos de caixa esperados, com base na melhor estimativa na data de reporte, e são reconhecidos em contrapartida dos custos do correspondente ativo. A atualização financeira da provisão é reconhecida na demonstração do resultado conforme incorrido. A provisão é revisada anualmente e quaisquer ajustes de estimativa são efetuados em contrapartida do custo do ativo.

d) Distribuição de dividendos

Os dividendos são reconhecidos como passivo nos seguintes momentos: (i) dividendos mínimos obrigatórios – quando do encerramento do exercício; (ii) dividendos intercalares e intermediários – quando de sua aprovação pela Diretoria Executiva; e (iii) dividendos adicionais propostos no encerramento do exercício – quando de sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária (AGO).

e) Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os demais ativos são registrados ao custo de aquisição. As demais obrigações são registradas pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes juros e variações monetárias incorridos.

f) Transações entre partes relacionadas

As transações entre partes relacionadas são realizadas em condições e prazos firmados entre as partes e registradas de acordo com os termos contratados, as quais são atualizadas pelos encargos estabelecidos nos contratos.

g) Receita de contrato com cliente

A receita é mensurada com base na contraprestação precificada no contrato com o cliente, pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida dos tributos incidentes sobre ela.

A receita é reconhecida conforme os contratos firmados, cuja obrigação de desempenho é atendida mensalmente, dado que o cliente simultaneamente recebe e consome os benefícios fornecidos pela Companhia, conseqüentemente, o valor da contraprestação reflete o valor justo a receber no momento em que a energia é efetivamente entregue ao cliente.

h) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados de acordo com as bases tributárias, considerando as normas e as alíquotas vigentes na data da apresentação das demonstrações financeiras.

i) Operações controladas em conjunto

Os ativos, passivos, receitas e despesas relativas à participação no Consórcio Campo Largo II (entidade sem personalidade jurídica) são reconhecidos diretamente nas demonstrações financeiras da Companhia, não se fazendo necessário, portanto, nenhum procedimento de consolidação dessas operações.

j) Aplicação de julgamentos e práticas contábeis críticas

Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam seus ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações em suas demonstrações financeiras. Para apurar essas estimativas, a Administração utiliza as melhores informações disponíveis na data da preparação das demonstrações financeiras, além da experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando, ainda, pressupostos relativos a eventos futuros.

As demonstrações financeiras incluem, portanto, estimativas relativas, principalmente, (i) à definição de vida útil do ativo imobilizado; (ii) ao teste de redução ao valor recuperável dos ativos de longa duração; (iii) à provisão para desmobilização da Usina; e (iv) à estimativa da taxa incremental de arrendamentos.



k) Novas normas, alterações e interpretações

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu revisões às normas existentes, aplicáveis a partir de 01.01.2023. A relação destas revisões aplicáveis e adotadas pela Companhia e respectivos impactos é apresentada a seguir:

Revisão e Normas impactadas	Data de aprovação (Brasil)	Aplicável a partir de	Impactos contábeis
Pronunciamento Técnico CPC nº 50 Este Pronunciamento substituiu a norma anteriormente vigente sobre Contratos de seguro (CPC 11).	07.05.2021	01.01.2023	Sem impactos relevantes.
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 20 Pronunciamentos Técnicos CPC 11 – Contratos de seguro; CPC 15 (R1) – Combinação de negócios; CPC 21 (R1) – Demonstração intermediária; CPC 23 – Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro; CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis; CPC 27 – Ativo imobilizado; CPC 32 – Tributos sobre o lucro; CPC 37 (R1) – Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade; CPC 30 (R1) – Instrumentos financeiros: evidenciação; CPC 37 – Receita de contrato com cliente; e CPC 39 – Contabilização e relatório contábil de planos de benefício de aposentadoria.	01.04.2022	01.01.2023 (ajuste CPC 37, aplicação imediata)	Sem impactos relevantes.
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 22 Pronunciamentos Técnicos CPC 15 (R1) – Combinação de negócios; CPC 27 – Ativo imobilizado; CPC 20 (R1) – Custos de empréstimos; e CPC 41 – Resultado por ação.	04.08.2023	01.01.2023	Sem impactos relevantes.

l) Novas normas, alterações e interpretações ainda não vigentes

A partir de 01.01.2024, estarão vigentes os seguintes pronunciamentos, os quais não foram adotados antecipadamente pela Companhia:

Revisão e Normas impactadas	Data de aprovação (Brasil)	Aplicável a partir de	Impactos contábeis
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 23 Pronunciamentos Técnicos CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis; e CPC 06 (R2) – Arrendamentos.	04.08.2023	01.01.2024	Sem impactos relevantes.
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 24 Em decorrência das alterações de Reforma Tributária Internacional - Regras Modelo do Pilar Dois e Acordos de Financiamento de Fornecedores, foram realizadas alterações em Pronunciamentos Técnicos CPC 03 (R2) – demonstração dos fluxos de caixa. CPC 32 – tributos sobre o lucro e CPC 40 (R1) – instrumentos financeiros (evidenciação).	01.12.2023	A vigência dessas alterações será estabelecida pelos órgãos reguladores que as aprovarem.	Sem impactos relevantes.



NOTA 4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Caixa e depósitos bancários à vista	13	11	1.289	1.590
Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa	-	-	186.084	280.940
	13	11	187.373	282.530

A Companhia e suas controladas são participantes do Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa de sua controladora indireta, ENGIE Brasil Energia, concentrando suas aplicações financeiras neste fundo. As operações realizadas pelo fundo possuem liquidez imediata, são remuneradas pela Selic e estão lastreadas em títulos públicos federais. A rentabilidade média do fundo nos anos de 2023 e 2022 foi de cerca de 99,7% do CDI (taxa referencial dos Certificados de Depósitos Interbancários), respectivamente.

NOTA 5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Consolidado	
	31.12.2023	31.12.2022
ENGIE Comercializadora Varejista de Energia Ltda. ("ECV")	45.845	12.464
Transações realizadas na CCEE ¹	112	182
	45.957	12.646

(1) Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)

Não havia valores vencidos em 31.12.2023 e 31.12.2022.

NOTA 6. DEPÓSITOS VINCULADOS

Em 31.12.2023, a Companhia mantinha, no consolidado, R\$ 41.030 (R\$ 39.461 em 31.12.2022) relativos a garantias vinculadas aos contratos de financiamentos. Essas garantias visam assegurar o pagamento dos serviços de dívida com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), bem como das despesas de operação e manutenção, e são constituídas pelo montante equivalente a 3 meses do serviço da dívida e das despesas contratuais de operação e de manutenção, respectivamente.



NOTA 7. INVESTIMENTOS

a) Mutação dos investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial

	Controladora								Saldos em 31.12.2023
	Saldos em 31.12.2021	Redução de capital	Dividendos	Equivalência patrimonial	Saldos em 31.12.2022	Dividendos	Redução de capital	Equivalência patrimonial	
CLWP VIII	67.846	(32.861)	(3.124)	13.147	45.008	(13.058)	(8.158)	11.022	34.814
CLWP IX	40.973	(13.541)	(1.720)	7.242	32.954	(8.161)	(6.635)	6.644	24.802
CLWP X	71.858	(36.056)	(3.109)	13.092	45.785	(14.793)	(7.976)	11.590	34.606
CLWP XI	36.307	(15.145)	(1.215)	5.115	25.062	(6.044)	(5.363)	3.453	17.108
CLWP XII	87.589	(27.839)	(3.597)	15.146	71.299	(21.812)	(11.521)	13.422	51.388
CLWP XIII	64.130	(16.738)	(3.393)	14.284	58.283	(18.216)	(9.665)	11.188	41.590
CLWP XIV	47.733	(23.339)	(1.882)	7.929	30.441	(8.304)	(6.126)	6.747	22.758
CLWP XVII	50.524	(16.954)	(2.220)	9.348	40.698	(8.560)	(8.071)	7.344	31.411
CLWP XIX	76.087	(34.136)	(2.907)	12.727	51.771	(11.167)	(19.319)	10.299	31.584
CLWP XX	77.341	(37.830)	(3.137)	13.207	49.581	(13.288)	(8.984)	10.963	38.272
CLWP XXII	55.437	(20.195)	(1.953)	8.961	42.250	(7.470)	(8.565)	6.770	32.985
	675.825	(274.634)	(28.257)	120.198	493.132	(130.873)	(100.383)	99.442	361.318

b) Informação das subsidiárias, relativas ao exercício findo em 31.12.2023

	Capital social	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Receita líquida	Lucro (Prejuízo) do exercício	Participação (%)
CLWP VIII	25.678	171.273	136.459	34.814	32.392	11.022	99,99
CLWP IX	19.275	127.896	103.094	24.802	22.760	6.644	99,99
CLWP X	24.923	167.758	133.152	34.606	32.389	11.590	99,99
CLWP XI	14.109	90.062	72.954	17.108	15.231	3.453	99,99
CLWP XII	39.847	260.507	209.119	51.388	50.881	13.422	99,99
CLWP XIII	31.967	212.205	170.615	41.590	39.391	11.188	99,99
CLWP XIV	17.142	113.588	90.830	22.758	21.009	6.747	99,99
CLWP XVII	25.333	164.233	132.822	31.411	28.364	7.344	99,99
CLWP XIX	23.119	154.839	123.255	31.584	31.338	10.299	99,99
CLWP XX	29.162	191.715	153.443	38.272	36.067	10.963	99,99
CLWP XXII	27.411	176.396	143.411	32.985	29.763	6.770	99,99



NOTA 8. IMOBILIZADO

a) Composição

	Consolidado				
		31.12.2023		31.12.2022	
	Taxa média de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço					
Máquinas e equipamentos	3,80%	1.607.522	(156.810)	1.450.712	1.518.939
Edificações e benfeitorias	3,33%	72.866	(6.238)	66.628	69.054
Direito de uso de arrendamentos		28.976	(2.391)	26.585	27.250
Móveis e utensílios	4,69%	11	-	11	-
		1.709.375	(165.439)	1.543.936	1.615.243
Em curso		602	-	602	13
		1.709.977	(165.439)	1.544.538	1.615.256

b) Mutação do ativo imobilizado

	Consolidado					
	Máquinas e equipamentos	Edificações e benfeitorias	Direito de uso de arrendamentos	Móveis e utensílios	Em curso	Total
SalDOS em 31.12.2021	1.578.969	71.481	27.914	-	-	1.678.364
Ingressos	-	-	-	-	4.001	4.001
Reversão de estimativas	-	-	-	-	(3.002)	(3.002)
Baixas	(63)	-	-	-	-	(63)
Transferências	986	-	-	-	(986)	-
Depreciação	(60.953)	(2.427)	(664)	-	-	(64.044)
SalDOS em 31.12.2022	1.518.939	69.054	27.250	-	13	1.615.256
Ingressos	-	-	-	-	762	762
Reversão de provisão para desmobilização	(7.337)	-	-	-	-	(7.337)
Baixas	(53)	-	-	-	-	(53)
Transferências	162	-	-	11	(173)	-
Depreciação	(60.999)	(2.426)	(665)	-	-	(64.090)
SalDOS em 31.12.2023	1.450.712	66.628	26.585	11	602	1.544.538

c) Provisão para desmobilização

Em 2020, as controladas da Companhia reconheceram em seu imobilizado a provisão dos custos decorrentes da desmobilização de seus parques eólicos, com base no valor presente dos fluxos de caixa esperados para o cumprimento da obrigação de retirada dos ativos e de restauração do local ao final do prazo de autorização. A taxa real de desconto utilizada para o cálculo do valor presente foi entre 4,43% e 5,08%, baseado nas taxas de títulos públicos com vencimento similar ao do término das autorizações. O saldo da provisão para desmobilização registrada no passivo não circulante do consolidado em 31.12.2023 era de R\$ 31.653 (R\$ 37.550 em 31.12.2022), a variação do saldo é decorrente de (i) juros e variação monetária de R\$ 1.440 registrada no resultado de 31.12.2023 (R\$ 2.117 em 31.12.2022) e (ii) redução de R\$ 7.337 por reversão de provisão para desmobilização.

d) Autorizações das eólicas

As controladas da Companhia são detentoras de autorização para exploração das centrais eólicas que compõem o Conjunto Eólico Campo Largo II, com capacidade instalada de 361,2 MW, pelo prazo de 35 anos, a contar da data de 12.2019.



NOTA 9. FORNECEDORES

	Consolidado	
	31.12.2023	31.12.2022
Arrendamentos a pagar	29.219	28.979
Fornecedores de materiais e serviços	6.965	6.985
Fornecedores de imobilizado	5.600	5.755
Encargos de uso da rede elétrica	2.025	1.966
	43.809	43.685
Passivo circulante	17.811	17.988
Passivo não circulante	26.000	25.697
	43.811	43.685

NOTA 10. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia, para conduzir com mais eficiência o processo de avaliação de riscos dos seus negócios, segue integralmente as regras do Fórum de Gerenciamento de Riscos da ENGIE Brasil Energia, sua controladora indireta. Os negócios da Companhia, as condições financeiras e os resultados das operações podem ser afetados de forma adversa por qualquer um destes fatores de risco:

a) Risco de mercado

Esse risco está relacionado com a possibilidade de a Companhia vir a sofrer perdas por conta de flutuação de taxas de juros aplicadas aos seus passivos, resultando em efeitos em suas despesas financeiras. A Companhia está exposta às variações do IPCA, em decorrência dos financiamentos contratados por suas controladas.

A totalidade dos contratos de venda de energia em vigor possui cláusula de reajuste inflacionário, com a aplicação de IPCA, o que representa um hedge natural de longo prazo para os financiamentos.

A seguir é apresentada a análise de sensibilidade preparada pela Companhia. O cenário-base provável para o ano de 2024 foi definido por meio das premissas disponíveis no mercado (Fonte: Relatório Focus do Banco Central do Brasil).

	Variação	Cenário Provável	Sensibilidade		
	2023	2024	Provável	$\Delta + 25\%$ (*)	Administração
Risco de variação do índice					
IPCA	4,6%	3,9%	-0,7 p.p.	1,0 p.p.	0,1 p.p.

(*) Variações sobre o cenário provável de 2024.

A sensibilidade provável foi calculada com base nas variações entre os índices do ano de 2023 e os previstos no cenário provável para 2024, e demonstram os eventuais impactos adicionais no resultado da Companhia. As demais sensibilidades apresentadas foram apuradas com base (i) na variação de 25%; e (ii) nas estimativas da Administração sobre o cenário projetado, as quais correspondem a avaliação da Administração de alteração razoavelmente possível na taxa de juros e índices flutuantes para 2024. As variações que poderão impactar o resultado e, conseqüentemente, o patrimônio líquido de 2024, em comparação com o ano de 2023, caso tais cenários se materializem, são estas:

	Consolidado			
	Saldo em 31.12.2023	Sensibilidade		
		Provável	$\Delta + 25\%$	Administração
Financiamento				
IPCA	1.366.111	8.516	(11.513)	(1.125)

b) Risco de gerenciamento de capital

A Companhia administra o seu capital de modo a maximizar o retorno dos investidores por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio, buscando uma estrutura de capital e mantendo índices de endividamento e cobertura de dívida que proporcionem o retorno de capital aos seus investidores.



A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (financiamentos, deduzido dos depósitos vinculados ao serviço da dívida e do caixa e equivalentes de caixa) e pelo patrimônio líquido. A relação da dívida líquida pelo patrimônio líquido foi esta:

	Consolidado	
	31.12.2023	31.12.2022
Dívida	1.366.111	1.385.946
(-) Depósitos vinculados ao serviço da dívida	(41.030)	(39.461)
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(187.373)	(282.530)
Dívida líquida	1.137.708	1.063.955
Patrimônio líquido	365.712	497.514
Endividamento líquido / Patrimônio líquido	3,1	2,1

c) Risco de crédito

As transações relevantes para os negócios da Companhia em que há exposição ao risco de crédito são as vendas de energia e as aplicações financeiras.

Nas operações de venda de energia, a Companhia mantém contrato com a ECV, controlada da ENGIE, mitigando assim o seu risco de crédito.

No que tange à aplicação no mercado financeiro, os recursos disponíveis da Companhia são alocados em um Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa, o qual tem como política a alocação de seu patrimônio em ativos de baixíssimo risco. Em 31.12.2023, esse fundo possuía 100% de sua carteira em ativos com risco de crédito do Governo Brasileiro, todos com liquidez diária. De acordo com o planejamento financeiro da Companhia, os recursos desse fundo serão utilizados no curto prazo, reduzindo substancialmente o risco de quaisquer efeitos significativos nos seus rendimentos, em decorrência de eventual redução da taxa básica de juros da economia brasileira.

d) Risco de liquidez

A Companhia, para assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações, utiliza uma política de caixa mínimo, revisada anualmente com base nas projeções de caixa e monitorada mensalmente. A gestão de aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curtíssimo prazo, prioritariamente com vencimentos diários, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos.

No demonstrativo a seguir apresenta-se o perfil previsto de liquidação dos principais passivos financeiros da Companhia registrados em 31.12.2023. Os valores foram determinados com base nos fluxos de caixa não descontados previstos, considerando a estimativa de amortização de principal e pagamento de juros futuros, quando aplicável. Para as dívidas com juros pós-fixados o valor foi obtido com base na curva de juros do encerramento do exercício.

	Consolidado				
	Até 1 ano	De 2 a 3 anos	De 4 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores	17.811	6.914	5.676	29.547	59.948
Financiamento	5.581	10.820	10.820	53.119	80.340
	23.392	17.734	16.496	82.666	140.288



e) Categoria dos instrumentos financeiros

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Ativos financeiros				
Valor justo por meio do resultado				
Aplicações financeiras	-	-	186.084	280.940
Custo amortizado				
Caixa e depósitos bancários à vista	13	11	1.289	1.590
Contas a receber de clientes	-	-	45.957	47.637
Depósitos vinculados	-	-	41.030	39.461
	13	11	274.360	369.628
Passivos financeiros				
Custo amortizado				
Fornecedores	16	12	43.811	43.685
Financiamento	-	-	1.366.111	1.385.946
	16	12	1.409.922	1.429.631

As aplicações financeiras estão avaliadas pelos preços cotados em mercado ativo (Nível 1).

NOTA 11. FINANCIAMENTOS

a) Mutações dos financiamentos

Saldo em 31.12.2021	1.381.924
Juros e variação monetária	142.807
Amortização do principal	(80.290)
Amortização de juros	(58.494)
Saldo em 31.12.2022	1.385.947
Juros e variação monetária	121.860
Amortização do principal	(84.132)
Amortização de juros	(57.564)
Saldo em 31.12.2023	1.366.111
Passivo circulante	87.495
Passivo não circulante	1.278.616
	1.366.111



b) Vencimentos dos financiamentos apresentados no passivo não circulante

	Consolidado
2025	85.241
2026	85.241
2027	85.241
2028	85.241
2029	85.241
2030 a 2034	426.205
2035 a 2039	426.206
	1.278.616

c) Condições contratadas

Banco	Encargos	Condições de pagamento		Saldos em 31.12.2023
		Vencimento	Principal e encargos	
BNDES	IPCA + 4,23% a.a.	12.2039	Mensais	1.366.111

d) Garantias

As garantias dos financiamentos são: (a) penhor das máquinas e equipamentos relativas ao Projeto; (b) cessão fiduciária dos recebíveis e direitos emergentes da autorização; (c) contas reserva do serviço da dívida e O&M; (d) fiança corporativa da ENGIE e de sua controladora CLWP Brasil II Participações S.A.; (e) penhor da totalidade das ações representativas do capital social; e (f) pagamento de dividendos limitados até o atendimento de determinadas condições.

e) Compromissos contratuais (covenants)

Dívida	Covenants
BNDES	(i) Índice de cobertura do serviço da dívida ¹ \geq 1,30

(1) Índice de cobertura do serviço da dívida: Geração de caixa da atividade / Serviço da dívida.

No exercício findo em 31.12.2023, a Companhia atingiu o limite mínimo do índice de cobertura do serviço da dívida estabelecido em seu contrato firmado com o BNDES.

NOTA 12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social da Companhia em 31.12.2023 era de R\$ 282.430 (R\$ 382.757 em 31.12.2022), representado por 282.430.118 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, das quais 282.430.117 pertencem à controladora ENGIE Brasil Energias Complementares Participações Ltda. e 1 pertence à ENGIE Brasil Energia.

b) Reservas legal

Do lucro líquido do exercício, 5% são aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá a 20% do capital social da Companhia. A referida reserva tem a finalidade de assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social.

c) Reserva de retenção de lucros e dividendos adicionais propostos

Em 31.12.2023, a Administração da Companhia está propondo a destinação do valor de R\$ 70.791 do lucro do exercício de 2023 para reserva de retenção de lucros. Estes recursos serão destinados a investimentos no parque gerador da Companhia. A Companhia também destinou dividendos intermediários no montante de R\$ 107.234.



d) Dividendos mínimos obrigatórios

A política de dividendos da Companhia estabelece que seus acionistas tenham direito a receber, em cada exercício social, um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 25% do lucro líquido ajustado do exercício. A distribuição de dividendos dos exercícios de 2023 e 2022 estão apresentadas a seguir:

	31.12.2023	31.12.2022
Base de cálculo dos dividendos ajustada		
Lucro líquido do exercício	99.356	120.111
Reserva legal	(4.968)	(6.004)
Lucro líquido do exercício ajustado para fins de dividendos	94.388	114.107
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	23.597	28.528
Total dos dividendos anuais	23.597	28.528

d.1) Mutações dos dividendos

Saldo em 31.12.2021	7.218
Dividendos mínimos obrigatórios	28.528
Saldo em 31.12.2022	35.746
Dividendos intermediários	107.234
Pagamento de dividendos	(142.980)
Dividendos mínimos obrigatórios	23.597
Saldo em 31.12.2023	23.597

NOTA 13. CONCILIAÇÃO DA RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A tabela a seguir apresenta a conciliação entre a receita operacional bruta e a receita operacional líquida apresentada nas demonstrações dos resultados.

	Consolidado	
	2023	2022
RECEITA OPERACIONAL BRUTA		
ECV	349.874	393.301
Transações no mercado de curto prazo	1.715	1.996
ENGIE	813	-
	352.402	395.297
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL		
PIS e Cofins	(12.817)	(36.565)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	339.585	358.732



NOTA 14. CONCILIAÇÃO DOS TRIBUTOS, NO RESULTADO

Em 2023, as controladas da Companhia estavam em quadradas no regime de lucro presumido, porém, no ano de 2022, enquadravam-se no lucro real.

	Consolidado	
	2023	
	IR	CSLL
Receita operacional bruta	352.402	352.402
% de presunção do lucro	8%	12%
Lucro presumido sobre receita operacional	28.192	42.288
Receita financeira	38.167	38.167
Outros	1	1
Base de cálculo	66.360	80.456
Alíquotas	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social	(16.590)	(7.241)
Adicional de 10% sobre lucro até R\$ 20 mensais	264	-
Imposto de renda e contribuição social – resultado	(16.326)	(7.241)

	Consolidado	
	2022	
	IR	CSLL
Resultado antes dos tributos	129.906	129.906
Alíquotas	25%	9%
Despesa às alíquotas nominais	(32.477)	(11.692)
Diferenças permanentes		
Compensação de prejuízo fiscal	4.374	1.574
Depreciação incentivada	20.971	7.455
Imposto de renda e contribuição social – resultado	(7.132)	(2.663)

NOTA 15. COMPROMISSOS DE LONGO PRAZO

a) Contrato de Uso do Sistema de Transmissão (CUST)

Para o uso do sistema de transmissão e da rede básica, a Companhia, por meio de suas controladas, mantém contratos com o Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS. Os contratos têm vigência até o término das autorizações das usinas. Em 31.12.2023, o valor das obrigações futuras provenientes destes contratos totalizava R\$ 707.386.

b) Contrato de Operação e Manutenção (O&M)

A Companhia, por meio de suas controladas, mantém contratos de operação e manutenção, vigente até 2042. Os valores contratados são atualizados, anualmente, pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). O compromisso futuro, na data base 31.12.2023, era de R\$ 334.420.

NOTA 16. SEGUROS

A Companhia é participante da apólice de seguro internacional de danos à propriedade e interrupção de negócios – *Property Damage and Business Interruption* (PDBI) – do programa de seguros de sua controladora indireta ENGIE Brasil Energia. O Conjunto Eólico Campo Largo II participa da referida apólice no montante de R\$ 1.833.610 para danos materiais e R\$ 390.758 para lucros cessantes. A vigência do seguro vai até 31.05.2024.



NOTA 17. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Prestação de serviços administrativos e financeiros

A Companhia mantém contrato com a sua controladora indireta ENGIE Brasil Energia, vigente a partir de 01.01.2018, com duração de quatro anos, cujo objeto é a prestação de serviços administrativos e financeiros. Os valores contratados são reajustados anualmente pela variação do INPC. O valor reconhecido no resultado de 2023 foi de R\$ 1.764 (R\$ 1.672 em 31.12.2022).

b) Venda de energia entre partes relacionadas

	PASSIVO		
	Fornecedores	Compra de energia	Encargos de uso da rede elétrica e conexão
ENGIE	3.060	747	-
Gralha Azul Transmissão de Energia S.A.	-	-	172
Novo Estado Transmissora de Energia S.A.	-	-	235
31.12.2023	3.060	747	407

A Companhia, por meio de suas controladas, mantém contratos com a parte relacionada ENGIE Comercializadora Varejista de Energia Ltda. ("ECV"), com vencimento em 2039, sendo seu reajuste feito anualmente em janeiro do respectivo ano. O compromisso futuro destes contratos em 31.12.2023 é de R\$ 9.867.865. Mais informações sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis da Companhia estão apresentados na Nota 5 – Contas a receber de clientes e Nota 14 – Conciliação da receita operacional líquida.

NOTA 18. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES AO FLUXO DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Crédito de imposto de renda e contribuição social	-	-	(8.656)	(1.580)
Reversão de provisão para desmobilização	-	-	(7.337)	-
Fornecedores de imobilizado	-	-	155	11.194



(Nominata de assinaturas das Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2023, da CLWP Brasil II Participações S.A.)

DIRETORIA EXECUTIVA

José Luiz Jansson Laydner

Diretor Executivo

Romary dos Anjos Silva

Diretora Administrativa e Financeira

Sérgio Roberto Maes

Diretor Técnico-Operacional

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE

Talisa Rezzieri

Contadora - CRC SC 036392/O-4

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos administradores e acionistas da
CLWP Brasil II Participações S.A.
Florianópolis/SC

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **CLWP Brasil II Participações S.A.** ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Blumenau (SC), 25 de abril de 2024

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SC-000048/F-0



Adilvo França Junior
Contador CRC BA-021419/O"